

NESTA EDIÇÃO:

A APLICAÇÃO DAS NORMAS DE DIREITO PÚBLICO NO CONTROLE DA ATIVIDADE POLICIAL



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

• RDAI 29

ANO 8 • n. 29 • abr./jun. • 2024

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,
Regulation and Compliance*

N. 8 • ISSUE 29 • Apr./Jun. • 2024

LIMITES IMPOSTOS PELO DIREITO BRASILEIRO À DESIGNAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
PARA ATUAR EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

COORDENAÇÃO

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E
RICARDO MARCONDES MARTINS**



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

LINHA EDITORIAL – <i>EDITORIAL LINE</i>	7
APRESENTAÇÃO – <i>INTRODUCTION</i>	11
INTRODUCTION – <i>APRESENTAÇÃO</i>	15
1ª. SEÇÃO – DIREITO ADMINISTRATIVO	
SECTION 1 – ADMINISTRATIVE LAW	
A) TEORIA GERAL	
A) GENERAL THEORY	
Teoria deôntica da justiça – Parte I: justiça na dogmática analítica <i>Deontic theory of justice – Part I: justice in analytical dogmatics</i>	
RICARDO MARCONDES MARTINS	27
B) REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	
B) LEGAL AND ADMINISTRATIVE SYSTEM	
O uso de sistemas <i>black-box</i> pela administração pública: compatibilidade com o regime jurídico administrativo de publicidade e motivação <i>The use of black-box systems by public administration: compatibility with the legal framework of administrative transparency and justification</i>	
VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, MARÍA GUADALUPE FERNÁNDEZ RUIZ e GUILHERME AUGUSTO DA SILVA.....	79
C) LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
C) BIDDING AND ADMINISTRATIVE CONTRACTS	
Limites impostos pelo Direito brasileiro à designação de recursos humanos para atuar em licitações e contratações públicas <i>Brazilian Law limits on the appointment of human resources in public bidding and contracting</i>	
CLAUDIO MADUREIRA.....	103

Contratações públicas no Novo Marco Licitatório (Lei 14.133/2021): flexibilização da anualidade para maior eficiência administrativa?

Public contracts in the new bidding framework (Statute 14,133/2021): flexibilization of the annual fees for greater administrative efficiency?

HARRISON FERREIRA LEITE, PEDRO GERMANO DOS ANJOS e ISAAC MAYNART
CARVALHO MOYSES SOUZA

161

D) ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

D) ADMINISTRATIVE ORGANIZATION

Conselhos de fiscalização profissional no Brasil, autarquias *sui generis*, e a lei-quadro das associações públicas profissionais de Portugal: estudo comparado

Professional supervisory councils in Brazil, sui generis autonomous entities, and the framework law for professional public associations in Portugal: a comparative study

WEDER DE OLIVEIRA

183

E) ORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E PODER DE POLÍCIA

E) ADMINISTRATIVE ORDER AND POLICE POWER

A aplicação das normas de direito público no controle da atividade policial

The interpretation of the public law norms in the control of police activity

VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA e WENDELL BEETOVEN RIBEIRO AGRA

215

O Direito Urbanístico como instrumento de combate à Covid-19 no Brasil: impactos da crise sanitária nas cidades e as desiguais fragilidades geográficas e sociais da população urbana

Urban Law as a tool to combat the Covid-19 pandemic in Brazil: impacts of the sanitary crisis in the cities and the unequal geographical and social fragilities of the urban population

NICOLAS SABINO PARMEZAN e VÍTOR HUGO BUENO FOGAÇA

237

2ª. SEÇÃO – DOCTRINA ESTRANGEIRA**SECTION 2 – FOREIGN DOCTRINE**

<i>La rappresentanza politica: recenti trasformazioni di una categoria ineludibile</i>	
<i>Political representation: recent transformations of an unavoidable category</i>	
INES CIOLLI.....	259
Nuevas tecnologías, derecho administrativo y dignidad de las personas	
<i>New technologies, administrative law and dignity of people</i>	
JAIME RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ	309
La Administración y valores del ESG – Especial referencia a Uruguay	
<i>ESG Administration and Values – Special reference to Uruguay</i>	
FELIPE ROTONDO	327
Administración del estado y separación de poderes	
<i>State administration and separation of powers</i>	
AUGUSTO DURÁN MARTÍNEZ	347

3ª. SEÇÃO – ENTREVISTA**SECTION 3 – INTERVIEW**

Entrevista com Edilson Pereira Nobre Júnior	
AUGUSTO NEVES DAL POZZO e RICARDO MARCONDES MARTINS.....	377

4ª. SEÇÃO – MEMÓRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO**SECTION 4 – RETROSPECTIVE OF ADMINISTRATIVE LAW**

Decreto no Direito Brasileiro	
<i>Decree in Brazilian Law</i>	
CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO	401
Direito a férias anuais (funcionário público)	
<i>right to annual vacation (public servant)</i>	
CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO	413

Interesse público primário e secundário – Convênio entre União e Estado – Dever de indenização

Primary and secondary public interest – Agreement between the Union and the State – Duty of compensation

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO 421

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA 433

PUBLICATION GUIDELINES FOR AUTHORS TO SUBMIT UNPUBLISHED ARTICLES 435